# CERTIDÃO

Sílvia de Fátima Sousa Soares Figueiredo, Diretora do Serviço de Gestão Académica da Universidade de Coimbra:

Certifico, face ao arquivo respetivo e a pedido de **Nathássia Teixeira Pirata Silva**, titular do passaporte com o número YC626898, nacional de Brasil, aluna da Licenciatura em Administração Público-Privada, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que no ano letivo indicado, o programa das unidades curriculares abaixo mencionadas é o que consta em anexo a esta certidão e o tempo de trabalho é o indicado na tabela seguinte.

| Unidade curricular | Ano lectivo | Regime | Créditos ECTS[1] | Tempo de Trabalho | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Horas de trabalho[2] | Horas de contacto[3] | |
| | | | | | Teóricas | Outras |
| Administração Pública Europeia | 2021/2022 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Auditoria I | 2021/2022 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Auditoria II | 2021/2022 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Ciência Política | 2019/2020 | Semestral | 6 | 162 | - | 80 |
| Contabilidade Financeira | 2019/2020 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Contabilidade Pública | 2020/2021 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Direito Administrativo I | 2021/2022 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |

(1) ECTS (European Credit Transfer System) - Nº de créditos (ECTS) correspondentes à unidade de medida de trabalho do estudante.
(2) Número total de horas (no caso de ciclos de estudos no modelo de Bolonha este é baseado no volume global de trabalho do estudante, no qual se inclui o trabalho pessoal, as horas de aulas e exames ou outras formas de avaliação).
(3) Número de horas de contacto, discriminadas por teóricas e outras (teórico-práticas, práticas-laboratoriais e orientação tutorial, entre outras).

1 2 9 0 UNIVERSIDADE D COIMBRA

Emolumento: 78.00 €
Emissão: Maria Isabel Mendes Girão Meco
Conferência: Maria Isabel Mendes Girão Meco
Assinatura: João Manuel Ferreira Pinto Carvalho Simões
Chave **UN35A58H4UW14B** a verificar em https://verificacaodocumentos.uc.pt

| Unidade curricular | Ano lectivo | Regime | Créditos ECTS[1] | Tempo de Trabalho | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Horas de trabalho[2] | Horas de contacto[3] | |
| | | | | | Teóricas | Outras |
| Direito Administrativo II | 2020/2021 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Direito Constitucional I | 2020/2021 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Direito Constitucional II | 2020/2021 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Direito da Segurança Social | 2021/2022 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Direito das Empresas Públicas | 2020/2021 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Direito do Trabalho da Administração Pública | 2021/2022 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Direito Fiscal I | 2020/2021 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Direito Fiscal II | 2020/2021 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Direito Público da Economia | 2021/2022 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Economia I | 2019/2020 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Economia II | 2019/2020 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Finanças Empresariais | 2020/2021 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Finanças Públicas I | 2019/2020 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Finanças Públicas II | 2021/2022 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Gestão da Qualidade | 2021/2022 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Gestão de Recursos Humanos | 2021/2022 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| História da Administração Pública I | 2020/2021 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| História da Administração Pública II | 2019/2020 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Marketing Estratégico | 2021/2022 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Métodos Quantitativos I | 2020/2021 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Métodos Quantitativos II | 2020/2021 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Modelos de Governação | 2020/2021 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Noções de Direito Privado e de Direito Publico I | 2019/2020 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Noções de Direito Privado e de Direito Publico II | 2019/2020 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Políticas Públicas | 2019/2020 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Teoria da Organização | 2020/2021 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Teoria Geral do Direito Civil I | 2021/2022 | 1.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |
| Teoria Geral do Direito Civil II | 2021/2022 | 2.º Semestre | 6 | 162 | - | 80 |

(1) ECTS (European Credit Transfer System) - Nº de créditos (ECTS) correspondentes à unidade de medida de trabalho do estudante.
(2) Número total de horas (no caso de ciclos de estudos no modelo de Bolonha este é baseado no volume global de trabalho do estudante, no qual se inclui o trabalho pessoal, as horas de aulas e exames ou outras formas de avaliação).
(3) Número de horas de contacto, discriminadas por teóricas e outras (teórico-práticas, práticas-laboratoriais e orientação tutorial, entre outras).

O presente documento vai autenticado com marca d'água, o selo branco em uso nesta Universidade e a chave alfanumérica indicada, sendo constituído por cinquenta e seis folhas em anexo, numeradas e autenticadas, as quais fazem parte integrante do mesmo.

Universidade de Coimbra, 17 de fevereiro de 2023.

*A Diretora do Serviço de Gestão Académica*

# Administração Pública Europeia - 2021/2022

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

I. Caraterísticas do Ordenamento Jurídico Europeu

II. Modelos de Administração da UE

Modelos de Administração europeia (Indirecta, Directa, Descentralizada (autónoma); modelos híbridos, de concertação, compósita;

III. Administração da UE

i. Perspetiva orgânica

- Os órgãos com competência executiva no seio da União: as Instituições, órgãos e organismos com competências executivas
- Em especial a Comissão Europeia e a sua relação com as demais Instituições;
- A comitologia: tipos e funções
- As Agências Europeias: tipos, natureza, função, críticas

ii. Perspetiva material

- Competências da União e princípios de titulação e exercício de competências
- Competências da União em matéria administrativa (executiva)
- Os princípios de direito administrativo da União Europeia
- Actos da União (típicos, atípicos) em matéria administrativa
- Em especial os actos administrativos da União (comparação com os actos administrativos transnacionais)

iii. Perspetiva procedimental

- direito originário e direito derivado (legislativo e não legislativo)
- em especial os atos delegados e de execução
- Os trâmites e as garantias procedimentais aplicáveis
- A perspectiva de um procedimento administrativo da UE

iv. Perspetiva garantística

- Reação jurisdicional contra actos administrativos da União
- Reação administrativa contra actos administrativo da União

IV. Administração dos Estados
- A autonomia dos Estados compensada pelos princípios da efectividade e da equivalência: o federalismo executivo e o desdobramento funcional
- A influência do Direito da União na organização, procedimento e processos administrativos dos Estados-membros
- A revisão de actos e decisões nacionais em matéria administrativa que violem Direito da União
- Os actos transnacionais e o reconhecimento mútuo
- Mecanismos preventivos e sucessivos de controlo da União perante a actuação administrativa dos Estados-membros.

## Bibliografia


Miguel Gorjão-Henriques, Direito da União, 9a de., Almedina, Coimbra

Jónatas Machado, Direito da União Europeia, 3a ed., Coimbra editora, 2018

Dulce M. J. Lopes, Eficácia, Reconhecimento e Execução de Actos Administrativos Estrangeiros, diss. Doutoramento, Almedina, 2018

Miguel Gorjão-Henriques, Atribuição e harmonização na União Europeia : o caso dos medicamentos, diss. Doutoramento, Almedina, 2018

Alexandra Aragão, "A governância na Constituição Europeia: uma oportunidade perdida?", in Colóquio Ibérico – Constituição Europeia. Homenagem ao Doutor Francisco Lucas Pires, Coimbra Editora, 2005;

Suzana Tavares da Silva, Direito administrativo europeu, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010;

João Nuno Calvão da Silva, Agências europeias de regulação, Gestlegal, 3a ed., 2019

# Auditoria I - 2021/2022

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

1. Conceito, objetivos e tipos de auditoria.

2. Revisão legal das contas: enquadramento no direito societário e no regime jurídico dos revisores oficiais de contas.

3. A Certificação legal das contas.

3.1.Responsabilidade do auditor pela opinião emitida.

3.2.Entidades sujeitas a auditoria.

3.3.Tipos de certificação legal das contas.

4. Normas de Auditoria.

5. Planeamento da Auditoria.

6. Prova em auditoria

7. Amostragem em auditoria

## Bibliografia


Almeida, B., 2019, Manual de Auditoria Financeira – uma análise integrada baseada no risco, 3ª edição, Escolar Editora.

Arens, A., Beasley, M. et al., 2016, Auditing and assurance services: an integrated approach, 16th, Prentice Hall.

Johnstone, K. Gramling, A., et al., 2018, Auditing: A Business Risk Approach, 11th ed. South-Western

Whittington, O., Pany, K., 2018, Principles of Auditing & Other Assurance Services, 21th, McGrawHill

Almeida, B., 2005, Auditoria e sociedade – Diferenças de expectativas, Publisher Team.

Valderrama, J., 2008, Teoria e prática de la auditoria I, Ediciones Pirâmide.

Valderrama, J., 2008, Teoria e prática de la auditoria II, Ediciones Pirâmide.

# Auditoria II - 2021/2022

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

1.A importância do controlo interno nas organizações

2. Auditoria aos principais ciclos das demonstrações financeiras

3. Completar uma auditoria (avaliar a continuidade, acontecimentos subsequentes, peer-review)

4. Resolução de exemplos práticos

## Bibliografia


Almeida, B., 2019, Manual de Auditoria Financeira – uma análise integrada baseada no risco, 3ª edição, Escolar Editora.

Tribunal de Contas, Manual de Auditoria – Princípios Fundamentais. https://www.tcontas.pt/pt-pt/NormasOrientacoes/ManuaisTC/Pages/Manuais-do-Tribunal-de-Contas.aspx

Arens, A., Beasley, M. et al., 2016, Auditing and assurance services: an integrated approach, 16th, Prentice Hall.

Johnstone, K. Gramling, A., et al., 2018, Auditing: A Business Risk Approach, 11th ed. South-Western

Whittington, O., Pany, K., 2018, Principles of Auditing & Other Assurance Services, 21th, McGrawHill

Almeida, B., 2005, Auditoria e sociedade – Diferenças de expectativas, Publisher Team.

Valderrama, J., 2008, Teoria e prática de la auditoria I, Ediciones Pirâmide.

Valderrama, J., 2008, Teoria e prática de la auditoria II, Ediciones Pirâmide.

# Ciência Política - 2019/2020

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

1.Ciência Política

i.Nascimento de uma disciplina

ii.Objeto: os fenómenos políticos

2.Os agentes políticos

2.1.Os cidadãos

i.De súbditos a cidadãos

ii.Formas de participação política

iii.As novas formas de participação política

2.2.Os partidos políticos

i.Conceito de partido político

ii.Tipos de partidos políticos

iii.Partidos políticos e sistemas partidários

2.3.Grupos de interesse

i. Conceito

ii. Grupos de interesse e grupos de pressão

iii. Características e funções dos grupos de pressão

iv. Grupos de interesses,partidos políticos: semelhanças e diferenças

v. Teoria pluralista dos grupos e teoria neocorporativista

3.As formas de expressão política

3.1.Eleições e sistemas eleitorais

i.Conceito de sistema eleitoral

ii.Sistemas eleitorais maioritários

iii.Sistemas eleit proporcionais

iv. Sistemas eleit compósitos

3.2. O referendo e democracia semidireta

4. Formas de Estado

i. unitário

ii. federal

iii. regional

5. Formas de governo

i. parlamentar

ii. presidencial

iii. mistas

## Bibliografia


Caetano, Marcello, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Coimbra, 2015 (reimp.).

Moreira, Vital, *Sebenta de Ciência Política* (Sumários desenvolvidos e indicações bibliográficas das lições do Prof. Vital Moreira), Coimbra, 2005-06.

Nohlen, Dieter, *Elections and Electoral Systems*, Bonn, 1984.

Pasquino, Gianfranco, *Curso de Ciência Política*, Cascais, 2002.

Urbano, Maria Benedita, *Referendo. Perfil histórico-evolutivo do instituto. Configuração jurídica do referendo em Portugal*, Coimbra, 1989.

Urbano, Maria Benedita, *Representação política e parlamento. Contributo para uma teoria político-constitucional dos principais mecanismos de protecção do mandato parlamentar*,Coimbra, 2009.

Urbano, Maria Benedita, «Cidadania para uma democracia ética», in: *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. LXXXIII, pp. 515-539.

# Contabilidade Financeira - 2019/2020

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

1.Introdução

Objetivos e âmbito da contabilidade

A Contabilidade como instrumento de gestão

Utilizadores da informação financeira

Principais divisões

2.Contabilidade

Processo Contabilístico

As contas

Os lançamentos

3.Principais Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração dos Resultados (por naturezas)

4.Conceitos Fundamentais

Métodos de mensuração de inventários

Depreciações e Amortizações

Conceito de mais e menos valias

Ajustamentos e Provisões

Acréscimos e Diferimentos

O conceito de justo valor

O conceito de imparidade

5.Sistema de Normalização Contabilística (SNC):

a)Estrutura Conceptual

b)Demonstrações Financeiras

c)Ativos e Passivos Não Financeiros

d)A NCRF-PE

6.O Conceito de exercício contabilístico

Apuramento de resultados e encerramento

Elaboração das demonstrações financeiras

7.O Capital das Sociedades

As contas de capital, reservas e resultados transitados.

Os aumentos de capital.

8.Resolução de Exercícios

## Bibliografia


— Gomes, J. M. L. e Pires, J. M. R.(2015) SNC – Sistema de Normalização Contabilística - Teoria e Prática. Vida Económica.

— Horngren, C., Sundem, G. e Elliott, J. (2002). Introduction to Financial Accounting, Prentice-Hall International. ISBN: ISBN: 0-13-042362-9

— Marques, Maria da Conceição (2004). *Noções Fundamentais de Contabilidade Financeira*. LEX Editora.

— Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

— Paul Solomon (2004). Financial Accounting: a new perspective, McGraw Hill:Irwin. ISBN: ISBN: 0-07-284034-X

— Rodrigues, João (2015). SNC explicado. Porto Editora

— Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações introduzidas pelo DL 98/2015, de 2 de junho e legislação complementar.

— SNC – Sistema de Normalização Contabilística. Porto Editora

# Contabilidade Pública - 2020/2021

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

1. Princípios Gerais da Informação Contabilística

A importância da informação contabilística

Diferentes óticas de Contabilidade

Os utilizadores da informação financeira pública

2. O Sector Público Português

Sector Público Administrativo e Sector Empresarial do Estado

Características e delimitação do Sector Público

3. O Regime Orçamental e a Contabilidade Pública

O conceito de Orçamento

A Lei de Enquadramento Orçamental

O Orçamento do Estado

A Lei do Orçamento

O Decreto-Lei de execução orçamental

O Regime financeiro das autarquias locais

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

4. A Reforma da Administração Financeira do Estado (RAFE)

5. Normalização da Contabilidade Pública

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)

Entidades Normalizadoras: nacionais e internacionais

O POCP e a Normalização Contabilística Sectorial

6. A NCRF-ESNL

7. Prestação de Contas

8. Parte Prática

Resolução de exercícios práticos.

## Bibliografia

— Pereira, Paulo Trigo *et al* (2012). Economia e Finanças Públicas. Escolar Editora.

— Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo DL 192/2015, de 11 de setembro e legislação complementar.

Textos de apoio a publicar pela Docente.

— Caiado. António C.; Pinto, Ana Calado (2002). Manual do Plano Oficial de Contabilidade

Pública. Áreas Editora. Lisboa.

— Carvalho, J.B. da Costa et al (1999). *Temas de Contabilidade Pública*. Rei dos Livros.

— Carvalho, João Baptista da Costa et al (2002). "Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – Comentado"; Rei dos Livros.

— Costa Marques, M.C. (2002). A *Prestação de Contas no Sector Público*. Dislivro. Lisboa

— Franco, A.L. de Sousa (2015). *Finanças Públicas e Direito Financeiro,* Volume I. Almedina.

— IFAC. Normas Internacionais de Contabilidade Para o Sector Público

— Moreno, Carlos (2006). Finanças Públicas – Gestão, Controlo e Auditoria dos Dinheiros Públicos. UAL. Lisboa.

# Direito Administrativo I - 2021/2022

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

INTRODUÇÃO

1. Noções gerais
2. Evolução histórica da Administração Pública
3. O princípio da separação de poderes
4. A separação material das funções do Estado
5. Os sistemas de administração

PARTE I - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A – ESTRUTURA ORGÂNICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

B – OS SETORES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

C – TIPOS DE RELAÇÕES FUNCIONAIS INTERORGÂNICAS E INTERSUBJETIVAS

D – O MODELO CONSTITUCIONAL

PARTE II - A ADMINISTRAÇÃO E O DIREITO

1. A Administração Pública e o Direito Privado
2. O princípio da legalidade da administração

PARTE III - A ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I -OS REGULAMENTOS ADMINISTRATIVOS

1. Conceito
2. Classificação
3. Fundamento do poder regulamentar
4. Limites do poder regulamentar
5. Hierarquia e aplicação dos regulamentos
6. Controlo contencioso dos regulamentos.

## Bibliografia

Fernanda Paula Oliveira / José Eduardo Figueiredo Dias, *Noções Fundamentais de Direito Administrativo*, Almedina, 4.ª ed., 2015

José Carlos Vieira de Andrade, *Lições de Direito Administrativo*, Imprensa da Universidade de Coimbra,4.ª ed., 2015

# Direito Administrativo II - 2020/2021

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

Introdução - Os modos de ação da Administração Pública e as formas de atuação administrativa (remissão parcial)

Capítulo I - O Procedimento Administrativo

1. Noção de procedimento administrativo

2. A procedimentalização da atividade administrativa

3. O valor jurídico próprio do procedimento; as funções do procedimento administrativo

4. Estrutura típica do procedimento administrativo

5. Figuras procedimentais particulares

6. Princípios fundamentais do procedimento administrativo

Capítulo II - O ato administrativo

1. Noção e caracterização

2. Funções

3. Tipos de atos administrativos

4. A força jurídica do ato administrativo

5. Momentos estruturais e validade do ato administrativo

6. Invalidade do ato administrativo

7. Eficácia e ineficácia do ato administrativo

Capítulo III - O contrato administrativo

1. Noção e caracterização

3. Tipos de contratos administrativos

4. Procedimentos de contratação pública

5. Regime substantivo do contrato administrativo

## Bibliografia

Bibliografia básica:

Andrade, José Carlos Vieira de, *Lições de Direito Administrativo*, 6.ª ed., Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2020.

Moniz, Ana Raquel Gonçalves, *Direito Administrativo: Textos e Casos Práticos Resolvidos*, 3.ª

ed., Almedina, Coimbra, 2019.

# Direito Constitucional I - 2020/2021

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

Português:

PARTE I

DIREITO CONSTITUCIONAL, CONSTITUIÇÃO E CONSTITUCIONALISMO(S)

CAPÍTULO I: NOÇÃO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO II: CONSTITUCIONALISMO(S) E MOVIMENTOS CONSTITUCIONAIS

CAPÍTULO III: PODER CONSTITUINTE E CONSTITUIÇÃO

CAPÍTULO IV: O ESTADO CONSTITUCIONAL

PARTE II

MEMÓRIA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA

CAPÍTULO I: ALGUMAS NOÇÕES PRÉVIAS DE HISTÓRIA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA

CAPÍTULO II: O CONSTITUCIONALISMO MONÁRQUICO: AS CONSTITUIÇÕES DE 1822, 1826, 1838

CAPÍTULO III: O CONSTITUCIONALISMO REPUBLICANO

CAPÍTULO IV: O CONSTITUCIONALISMO CORPORATIVO

PARTE III

DIREITO CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS VIGENTE

CAPÍTULO I: GÉNESE E EVOLUÇÃO DA CRP 1976

CAPÍTULO II: PRINCÍPIOS

CAPÍTULO III: DIREITOS E DEVERES FUNDAMENTAIS

## Bibliografia

Bibliografia:

Bibliografia básica:

J. J. Gomes Canotilho, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, Almedina, Coimbra, 7ª ed., 2003

João Carlos Simões Loureiro, Direito Constitucional I - Sumários Desenvolvidos

Bibliografia Complementar: a indicada nos Sumários Desenvolvidos (disponível em Material de Apoio)

Em especial:

José Carlos Vieira de Andrade, Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976, Almedina, Coimbra, 2021, 5.ª Edição

# Direito Constitucional II - 2020/2021

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

Parte I

Constituição e organização: Estruturas Institucionais

Parte II

Constituição e normação: Estruturas Normativas.

Parte III

Constituição e controlo: Justiça Constitucional.

## Bibliografia

Bibliografia básica:

J. J. Gomes CANOTILHO, Direito Constitucional e Teoria da Constituição, Almedina, Coimbra, 7ª ed., 2003;

João Carlos Loureiro, Direito Constitucional II - Sumários Desenvolvidos;

João LOUREIRO, Jónatas MACHADO, Maria Benedita URBANO, Direito constitucional: casos práticos resolvidos, Coimbra Editora, Coimbra, 2.ª ed., 2010;

Bibliografia Complementar: a indicada nos Sumários Desenvolvidos

# Direito da Segurança Social - 2021/2022

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

Parte I – Fundamentos do Direito da Segurança Social

1. Introdução e campo(s); 2. Memória; 3. Interações; 4. Fontes; 5. Princípios

Parte II – Relações jurídicas de segurança social

1. Relações jurídicas de segurança social: introdução; 2. Dimensões subjetivas das relações jurídicas; 3. Relações jurídicas de vinculação; 4. Relações jurídicas contributivas; 5. Relações jurídicas prestacionais;

Parte III – Linhas fundamentais da segurança social em Portugal

1. Sistema previdencial; 2. Sistema de proteção social de cidadania; 3. Sistema complementar; 4. Sistema de proteção social convergente.

## Bibliografia

São disponibilizados sumários desenvolvidos com indicações bibliográficas precisas para cada tópico, atualizados anualmente. No entanto, sugere-se, desde já, a consulta de

Developed sumaries and the proper, yearly updated bibliography for each topic will be provided. By way of example, the following items are suggested:

CONCEIÇÃO, Apelles, *Segurança social: manual prático*, Coimbra, 2014 (texto relevante do ponto de vista descritivo / relevant for the purpose of depicting the issues at stake)

LOUREIRO, João Carlos, *Direito da segurança social: entre a necessidade e o risco*, Coimbra, 2014 (com indicações que transcendem uma abordagem meramente jurídica / contains indications beyond the legal approach)

LOUREIRO, João Carlos, *Adeus ao Estado Social? A segurança jurídica entre o crocodilo da economia e a medusa da ideologia dos "direitos adquiridos"*, Coimbra, 2010.

# Direito das Empresas Públicas - 2020/2021

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

I. Introdução

1. Panorama geral das empresas no Direito.

2. Objeto e fontes do Direito das Empresas (em especial das empresas públicas)

3. Atos de comércio, comerciantes e empresas (comerciais e civis).

4. Da empresa como objeto de direitos e negócios (elementos, trespasse e cessão de exploração do estabelecimento).

5. Dos sinais distintivos (firmas, marcas e logótipos).

II. Empresas societárias (sociedades comerciais)

1. Noção, elementos e tipos; figuras afins.

2. Constituição, personalidade e capacidade jurídica.

3. Direitos e obrigações dos sócios.

5. Regime das deliberações dos sócios.

6. Poderes, destituição e responsabilidade dos administradores.

III. Setor público empresarial

1. Fundamentos e especificidades do regime jurídico do setor público empresarial

2. As empresas públicas societárias e as EPE

3. Estruturas orgânicas e o papel do Estado acionista.

4. As empresas locais.

I. Introduction

1. Overview of enterprises/businesses in the Law.

2. Object and sources of enterprise law (in special public enterprises)

3. Acts of commerce, merchants and businesses (commercial and civil).

4. The business enterprise/undertaking as an object of rights and contracts (elements; lease and assignment).

5. Business signs (names, marks and logos).

II. Firms and commercial companies

1. Concept, elements and types; similar entities.

2. Constitution steps (procedures).

3. Personality and legal capacity of companies.

4. Rights and obligations of shareholders.

5. Resolutions of shareholders.

6. Powers and responsibilities of company directors.

III. Government's entrepreneurial sector

1. Rationale, specific features and rationale of the legal framework of state-owned enterprises.

2. State-owned enterprises (corporations and EPE - business public entities)

4. Organic structures and the role of the State as shareholder.

4. Local government enterprises.

## Bibliografia

Legislação principal: Código Comercial, Código das Sociedades Comerciais; Código Civil, Código da Propriedade Industrial; DL 133/2013, alterado (regime jurídico do setor público empresarial); Lei 50/2012, alterado (regime jurídico das empresas locais); DL 71/2007, alterado (estatuto do gestor público)
Main Acts: Civil Code, Commercial Code, Code of Industrial Property Code, Code of Commercial Companies; Statutes of Government's and Local's Corporations, and of the Public Administrator

Base

Alexandre Dias Pereira - Direito comercial das empresas: apontamentos teórico-práticos (Juruá,2ª ed. 2015) - Direito das Empresas Públicas: Relatório (Coimbra, 2019)

Complementar

J.M. Coutinho Abreu - Curso de Direito Comercial, 2 vols. Almedina, I - 11ª ed. 2018, e II - 6ª ed. 2019; Sobre as novas empresas públicas, Bol. Fac. Direito U. Coimbra 75 (2003) 555-575; Da empresarialidade (As empresas no direito), Almedina 1996; Definição de empresa pública, Coimbra, 1990 (separata do vol. XXXIV do "Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra") - Sociedade anónima, a sedutora [Hospitais, S.A.,

Portugal, S.A.], Miscelâneas Nº 1, Almedina, 2003, p. 11 - Responsabilidade civil dos administradores de sociedades, Cadernos do IEDT nº 5, Almedina, 2010 - Privatização de empresas públicas e empresarialização pública, Miscelâneas Nº 3, Almedina, 2004, p. 57 - Governação das sociedades comerciais, 2.ª ed. Almedina, 2010 - Corporate governance em Portugal, em IDET, Miscelâneas n.º 6, Almedina, Coimbra, 2010, p. 7 - J.M. Coutinho de Abreu - As novíssimas empresas públicas (segundo o DL 133/2013), Boletim Ciências Económicas 47-I (2014) 45-67

A. Soveral Martins, M Elisabete Ramos, P. Tarso Domingues, Pedro Maia, Estudos de Direito das Sociedades, coord. J.M. Coutinho de Abreu (12ª ed. 2015) Almedina

A. Ferrer Correia, Lições de Direito Comercial (reprint 1994)

A. Menezes Cordeiro, Manual de Direito Comercial, 4ª ed 2016; Id. Manual de Direito das Sociedades (2007)

F. Cassiano dos Santos, Direito Comercial Português (2007)V.G. Lobo Xavier, Direito Comercial (1977/1978); Sociedades comerciais (1987);

J. Oliveira Ascensão, Direito Comercial (1985/1986)

M. Pupo Correia, Direito Comercial - Direito da Empresa, 14ª ed. Ediforum 2018

Pedro Pais de Vasconcelos, Direito Comercial, I (2011)

V.G. Lobo Xavier, Direito Comercial (1977/1978); Sociedades comerciais (1987)

Pedro C. Gonçalves - Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (2012) Almedina.

Paulo H. Vaz Alvarenga - Empresas Locais em Portugal - Atuação Empresarial à Luz da Lei 50/2012 (2016) Juruá

Rafael Wallbach Schwind, O Estado Acionista - Empresas Estatais e Empresas Privadas com Participação Estatal, Almedina Brasil, 2017

Carolina Barros Fidalgo, O Estado Empresário, Almedina Brasil, 2017

M. Elisabete, Ramos, Direito comercial e das sociedades - Entre as Empresas e o Mercado, Almedina, 2018

Catarina Serra, Direito Comercial - Noções Fundamentais, Coimbra Editora, 2009

AA.VV. Código das Sociedades Comerciais em Comentário, 7 vols., coord. J.M. Coutinho de Abreu, Almedina, 2014-

Revista de Direito das Sociedades, 2009-

Direito das Sociedades em Revista, 2009-

# Direito do Trabalho da Administração Pública - 2021/2022

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

A-Notas introdutórias sobre o Direito do Emprego Público

B- A relação jurídica de emprego público. Delimitação positiva e negativa

C- A constituição da relação jurídica de emprego público

D -As modalidades de vínculo de emprego público

F- O conteúdo da relação de emprego público

E - A cessação do vínculo de emprego público

## Bibliografia

Aleida Vaz de Caravalho, A relação jurídica de emprego público, Gestelgal, Coimbra, 2021, págs. 23 e ss..

Ana Neves, Direito do Emprego Público Local, vol. I, AEDREL, pág. 481 a 534

Pedro Almeida Matos, Fontes de regulação e emprego público, CEJ, 2018, págs. 75 a 90

Ana Marta Neves, A Constituição Laboral à luz das relações jurídicas de emprego público, CEJ, 2018, págs. 93 a 110

Fábio Ribeiro, Notas sumárias sobre o regime regra da constituição do vínculo de emprego público, CEJ, 2018, págs. 187 a 215

Ana Paula Correia, A extinção do vínculo de emprego público, CEJ, 2018, págs. 319 a 330.

# Direito Fiscal I - 2020/2021

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

Parte I – Aspetos Gerais do Sistema Fiscal: 1. Conceito de imposto; 2. Regime jurídico dos impostos; 3. O sistema fiscal português;

Parte II – Relação jurídica fiscal: 1. Diferentes aceções de relação jurídica fiscal; 2. Caracterização da relação jurídico-fiscal; 3. As vicissitudes da relação jurídico-fiscal; 4. Extinção da obrigação tributária; 5. Garantias da obrigação tributária.

Parte III – Atividade da Administração Tributária: 1. Espécies de procedimentos tributários; 2. Princípios do procedimento tributário; 3. O procedimento de liquidação (baseado no procedimento de liquidação do IRS) 4. A avaliação indireta da matéria tributável; 5. Os atos no procedimento tributário; 6. A execução fiscal; 7. A atividade administrativa e os meios de controlo.

## Bibliografia

José Casalta Nabais, Direito Fiscal, 8.ª ed., Almedina, Coimbra, 2015

Suzana Tavares da Silva, Direito Fiscal. Teoria Geral, 2.ª ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

# Direito Fiscal II - 2020/2021

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

Parte I –Introdução: Aspetos gerais da tributação.

Parte II – Impostos sobre o rendimento.

Parte III - IVA.

Parte IV – Impostos sobre o património.

## Bibliografia

José Casalta Nabais, Direito Fiscal, 8.ª Ed. Almedina, Coimbra, 2015.

José Caslta Nabais, Introdução do Direito Fiscal das Empresas, 2.ª Ed., Almedina, Coimbra, 2015.

Suzana Tavares da Silva, Direito Fiscal. Teoria Geral, 2.ª Ed., Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

Sumários Desenvolvidos a fornecer online e com indicações bibliográficas suplementares.

# Direito Público da Economia - 2021/2022

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

Programa

1. Introdução

a. Noção e âmbito do Direito da Economia

b. Direito Público e Direito Privado da Economia

c. Fontes

2. Constituição e Constituição Económica: perspectiva histórica

a. O Direito Público da Economia no Ancien Regime português

b. A Constituição de 1822 (1822-1823), a Constituição de 1838 (1838-1842) e a Carta Constitucional de 1826 (1826-1828 e 1842-1910)

c. A Constituição de 1911

d. A Constituição de 1933

e. A Constituição de 1976 e o Direito da UE (remissão)

3. A constituição económica portuguesa:

1) Evolução e ruptura na Constituição portuguesa de 1976

A redacção original da Constituição de 2.4.1976

As revisões constitucionais e, em particular, a revisão 1/89

4. Direito da UE e Economia

a. A integração Europeia de Portugal

i. Da II Guerra Mundial às Comunidades

ii. O plano Marshall à EFTA e ao acordo com as Comunidades (1972)

iii. A integração Europeia: a economia da UE

b. Os objectivos económicos da UE e o papel do Estado (e da UE)

União Aduaneira e Mercado Comum

Mercado interno e UEM

Coesão Económica e Social

Os direitos fundamentais e a propriedade (princípio da neutralidade interpretado)

c. Política de Concorrência

A concorrência como condição ou instrumento

A construção do direito nacional da concorrência e a integração europeia: de 1972 a 2021

A aplicação pública do direito da Concorrência: o papel das autoridades da concorrência

A intervenção do Estado/UE na Concorrência:

Intervenção *ex ante (*Concentrações e Auxílios)

Intervenção *ex post* (Concertações e Abusos)

O papel do Estado nos Serviços de Interesse Económico Geral (SIEG), em geral e em domínios particulares.

5. Estado Regulador e regulação - evolução histórica e notas caracterizadoras essenciais do direito administrativo da regulação.

6. Sector público empresarial em Portugal - noção de empresa pública à luz do regime jurídico do sector público empresarial e do regime jurídico da atividade empresarial local.

7. Empresas públicas e sua sujeição às regras da contratação públicas, enquanto, respetivamente, organismos de direito público, entidades in house, entidades cocontratantes de parcerias público-público e concorrentes em procedimentos de adjudicação de contratos públicos.

## Bibliografia


Miguel Gorjão-Henriques,*Direito da UE*, Almedina, Coimbra, 9.ª ed., 2019, pp. 509-736

Bibliografia para matérias específicas (a indicar nos sumários)

Pedro Costa Gonçalves, *Manual de Direito Administrativo*, 2020

Pedro Costa Gonçalves, *Reflexões sobre o Estado Regulador e o Estado Contratante*, CEDIPRE, Coimbra Editora, 2013

Pedro Costa Gonçalves, Direito dos Contratos Públicos, Almedina, 2021

Pedro Costa Gonçalves, Direito administrativo da regulação, in Regulação, Eletricidade e Telecomunicações, CEDIPRE, 2008

António Carlos Santos/Maria Eduarda Gonçalves/Maria Manuel Leitão Marques, *Direito Económico*, Almedina, Coimbra, 7.ª ed., 2018

Maria Eduarda Azevedo, *Temas de Direito da Economia*, 3.ª ed., Almedina, Coimbra, 2019

António Carlos dos Santos/Maria Eduarda Gonçalves/Maria Manuel Leitão Marques, *Direito Económico*, 7.ª ed., Almedina, Coimbra, 2014 (reimpressão 2017)

Marisa Apolinário, *O Estado regulador: o novo papel do Estado*, Almedina, Coimbra, 2015

João Nuno Calvão da Silva, *Mercado e Estado – Serviços de Interesse Económico Geral*,

Almedina, Coimbra, 2008

Eduardo Paz Ferreira, *Direito da Economia*, AAFDL, 2001

Eduardo Paz Ferreira, Ana Perestrelo de Oliveira, Miguel Sousa Ferro, O Sector empresarial do Estado após a crise: reflexões sobre o Decreto-Lei n.º 133/2013, in Revista de Direito das Sociedades, n.º 3, 2013

J. M. Coutinho de Abreu, As novíssimas empresas públicas (segundo o Decreto Lei 133/2013), in Boletim de Ciências Económicas, vol. LVII, T. I, 2014

Ricardo Costa, Órgãos de empresas públicas públicas: entre o interesse público e o direito societário, in Diálogos com Coutinho de Abreu, Almedina, Coimbra, 2020

Bernardo Almeida Azevedo, Organismo de Direito Público - uma categoria jurídica autónoma de direito comunitário intencionalmente aberta e flexível, in Estudos de Contratação Pública, III, 2010,pp. 51 e segs

Bernardo Almeida Azevedo, Contratação in house: entre a liberdade de auto-organização administrativa e a liberdade de mercado, in Estudos de Contratação Pública, I, 2008, pp. 115 e segs.

Bernardo Almeida Azevedo, Internalização de serviços públicos municipais - entre a cooperação vertical institucionalizada e a cooperação horizontal contratualizada, in Internalização dos serviços públicos municipais em Portugal e Espanha, 2019, pp. 233-269.

# Economia I - 2019/2020

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

I – Objecto e Metodologia da Ciência Económica

II – Formas de organização económica

Classificações de sistemas económicos com base na evolução histórica e por tipos de organização económica; a organização económica de uma economia de mercado e a intervenção do estado.

III – Elementos fundamentais de análise: oferta e procura

A procura; fundamentos da lei da procura; elasticidades preço, rendimento e cruzada da procura; procura agregada

A oferta; fundamentos da lei da oferta; oferta e custos de produção; elasticidade da oferta

IV – Formas de mercado, comportamentos das empresas e formação de preços

A lei dos preços; concorrência perfeita; monopólio; concorrência monopolista; oligopólio; comportamento estratégico e teoria dos jogos; políticas de defesa da concorrência.

V – Participação na produção e formação dos preços dos factores

Trabalho, aspectos particulares do mercado de trabalho e formação do salário; rendas, juros e lucros.

## Bibliografia

Manuel Porto (2014). *Economia, um texto introdutório*. 4ª edição. Coimbra: Almedina

# Economia II - 2019/2020

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

I - Circuito Económico e a Contabilidade Nacional

II -Distribuição do Rendimento e Políticas Redistributivas

III - Moeda e Inflação

IV - O Comércio Internacional, Integração Económica e Pagamentos Internacionais

V - Oscilações da Atividade Económica e Crescimento Económico.

## Bibliografia

Manuel Porto (2014). *Economia, um texto introdutório*. 4ª edição. Coimbra: Almedina

# Finanças Empresariais - 2020/2021

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

1. Conceitos essenciais em finanças: o valor financeiro do tempo

1.1. Regimes de capitalização

1.2. Taxas de juro

1.3. Equivalência de capitais

1.4. Rendas

2. As empresas e os mercados financeiros

2.1. Mercado monetário

2.2. Mercado de capitais

2.3. Mercado cambial

3. A informação contabilística e financeira

3.1. Conceitos contabilísticos fundamentais

3.2. Preparação dos documentos financeiros e indicadores económico-financeiros

4. O equilíbrio financeiro

4.1. Conceitos básicos

4.2. O balanço funcional

5. Análise de rendibilidade e risco

5.1. Métodos e indicadores

5.2. O impacto da estrutura financeira

6. Análise e avaliação de investimentos reais

6.1. Tipos de investimento

6.2. Métodos de avaliação

7. Avaliação de empresas.

## Bibliografia

Brealey, R. A., Myers, S. C. & Allen, F. (2007). Princípios de Finanças Empresariais. McgrawHill.

Carvalho das Neves, J. (2004). Análise Financeira. Texto Editora

Gama, P. M. & Torres, P. M. (2021). Exercícios de Análise Financeira. Almedina (4.ª edição)

Gomes Mota, A., Barroso,C. , Nunes,J., Ferreira, M. & Inácio, P. (2015). Finanças da Empresa – Teoria e Prática, Sílabo (5.ª edição)

Gomes Mora, A. & Custódio, C. (2021). Finanças da Empresa - Um guia para análise e decisão de executivos, Sílabo

Martins, A., Cruz, I., Augusto, M., Silva, P. & Gonçalves, P. (2009). Manual de Gestão Financeira Empresarial. Coimbra Editora

Soares, I., Moreira, J., Pinho, C. & Couto, J. (2015). Decisões de Investimento - Análise Financeira de Projetos. Sílabo (4.ª edição)

# Finanças Públicas I - 2019/2020

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

Parte I: Introdução

1. As finanças públicas.

2. A economia política.

3. O direito público.

4. A contabilidade pública.

Parte II: Contabilidade Pública

5. 1. Noção e funções do Orçamento do Estado (OE).

5.2. As «regras clássicas» da organização do orçamento.

5.3. O equilíbrio orçamental.

5.4. Preparação, votação e execução do orçamento.

5.5. A Conta Geral do Estado (CGE).

5.6. Fiscalização administrativa, política e jurisdicional do OE e da CGE.

Parte III: Despesas públicas

6.1. O aumento das despesas públicas.

6.2. Espécies de despesas públicas.

6.3. A realidade portuguesa.

Parte IV: Receitas públicas não efectivas

7.1. O recurso ao crédito.

7.2. As espécies de empréstimos.

7.3. A emissão dos empréstimos.

7.4. As espécies de dívida pública.

7.5. Operações sobre a dívida pública.

7.6. O peso da dívida pública.

7.7. A realidade portuguesa

## Bibliografia

– Estudos de Direito Tributário, A. ALMEIDA, Almedina, 2.ª ed., 1999, ISBN 9789724011035

– Finanças Públicas e Direito Financeiro, A. L. de SOUSA FRANCO, Almedina, 4.ª ed. - 14.ª reimpressão, 2015, ISBN 9789724031194

– Lições de Finanças Públicas, J. J. TEIXEIRA RIBEIRO, Coimbra Editora, 5.ª reimpressão, 2013, ISBN 972-32-0673-0

– Relatório com o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático da disciplina de Economia e Finanças Públicas…, A. ALMEIDA, Coimbra, ed. do autor, policopiado, 1991, Cota: Biblioteca da FDUC: J-55-7 - 75 761

– Relatório com o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático das matérias de uma disciplina de Economia Pública…, A. ALMEIDA, Coimbra, ed. do autor, policopiado, 1998, Cota: Biblioteca da FDUC: E-16-10 - 93 730

– Sobre o Estado e o Poder, a Economia e a Política, A. ALMEIDA, Almedina, reimpressão, 2013, ISBN 9789724018737

– Teoria Pura da Imposição, A. ALMEIDA, Almedina, reimpressão, 2006, ISBN 9789724014036

# Finanças Públicas II - 2021/2022

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

*Crédito público*

1. Dívida pública

*Receitas públicas efectivas*

1. Receitas patrimoniais

2. Taxas

3. Impostos

4. A realidade portuguesa

As *políticas financeiras*

5. Redistribuição

6. Estabilização

7. Desenvolvimento

## Bibliografia

José Joaquim Teixeira Ribeiro, Lições de Finanças Públicas, 5.ª reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 2013;

António Sousa Franco, Finanças Públicas e Direito Financeiro, 4.ª ed. - 14.ª reimpressão, Coimbra, Almedina, 2015;

Obs.: remete-se para os sumários das aulas a indicação das páginas e bibliografias específicas sobre as matérias leccionadas.

# Gestão da Qualidade - 2021/2022

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

I – Gestão da Qualidade

1.1. Enquadramento do conceito

1.2. Definição de qualidade

1.3. Características da qualidade

1.4. Importância do estudo da qualidade

1.5. Perspetiva histórica da gestão da qualidade

1.6. Principais abordagens da qualidade

II – Gestão da Qualidade de Serviço

2.1. Conceito de serviço e características

2.2. Modelos de qualidade de serviço

2.3. Medição da qualidade de serviço: diferentes indicadores

2.4. Integração dos diferentes indicadores de avaliação

III – Da Gestão da Qualidade à Qualidade Total

3.1. Conceitos fundamentais da gestão da qualidade total

3.2. Benefícios e custos da qualidade

3.3. Os modelos de excelência: instrumentos e aplicabilidade aos serviços

3.4. Os prémios de excelência

3.5. Excelência como vantagem competitiva

3.6. O modelo de excelência da EFQM

IV – Instrumentos de medição e avaliação da qualidade

4.1. Melhoria Contínua: Benchmarking

4.2. Norma ISO 9001: 2001

4.3. Balanced Scorecard.

## Bibliografia

Bank, J. (1998). *Qualidade Total – Manual de Gestão*. Lisboa: Edições CETOP.

Camp, R.C. (1993). *Benchmarking – O Caminho da Qualidade Total*. São Paulo: Pioneira

Thompson Learning Lda.

Dale, B. e Cooper, C. (1995). *Qualidade Total e Recursos Humanos*. Lisboa: Editorial Presença.

Cruz, C. P. (2005). *Balanced Scorecard: Concentrar uma organização no que é essencial!* Porto: Vida Económica.

Goetsch, D. L. e Davis, S. B. (1997). *Introdution to Total Quality: Quality Management for Production, Processing and Services*. New Jersey: Prentice Hall.

Juran, J. M. (1992). *A Qualidade desde o Projecto*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora

Oakland, J. S. (2002). *Total Organizational Excellence: Achieving World-Class Performance*. Oxford: Butterworth Heinemann.

Pinto, A. R. (2007). *Qualidade – Sistemas de Gestão da Qualidade*. Lisboa: Edições Sílabo.

Pinto, S. S. (2003). *Gestão de Serviços: A Avaliação da Qualidade*. São Paulo: Editorial Sílabo.

# Gestão de Recursos Humanos - 2021/2022

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

1. A gestão de recursos humanos nas organizações

1.1 Conceitos básicos

1.2 A gestão estratégica organizacional e a gestão de recursos humanos

2. Técnicas e práticas de gestão de recursos humanos

2.1 Recrutamento, seleção e integração

2.2 Formação profissional

2.3 Gestão de desempenho

2.4 Gestão de remunerações

3. Liderança e gestão de pessoas e de equipas

3.1 Poder e liderança nas organizações

3.2 Liderança e desenvolvimento de equipas

3.3 Motivação e satisfação no trabalho

3.4 Conflitos e negociação nas organizações

4. A Gestão de Recursos Humanos e o Futuro: Ética, Desafios e Tendências.

## Bibliografia


- Armstrong, M. (2017). Armstrong Handbook of Human Resource Management Practice (14th ed.). New York: Kogan Page

- Caetano, A. & Vala, J. (2007). Gestão de Recursos Humanos: contextos, processos e técnicas (3.ª edição). Lisboa: Editora RH

- Carapeto, C., Fonseca, F. (2014). Administração Pública – Modernização, Qualidade e Inovação (3ª Edição). Lisboa: Edições Sílabo.

- Cunha, M. P., Rego, A., Cunha, R. C., Cabral-Cardoso, C., Marques, C. A. & Gomes, J. F. (2010). Manual de gestão de pessoas e do capital humano (2ª edição revista e corrigida), Sílabo, Lisboa.

- Paauwe, J., Guest, D.E., Wright, P.M. (2013). HRM & performance: Achievements and challenges. John Wiley & Sons;

- Rocha, J. A. Oliveira (2010). Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública, Escolar Editora, Lisboa.

# História da Administração Pública I - 2020/2021

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

I – A História da Administração Pública em debate

1. Considerações introdutórias

2. Diferentes perspetivas na História da Administração Pública

3. Concatenações da Administração Pública no plano histórico

II – Quadros da História do ensino da Administração Pública na Escola de Coimbra

1. A fase submersa do estudo da Administração Pública

2. A autonomização do ensino da Administração Pública

III – Administração Pública Peninsular anterior à fundação da nacionalidade portuguesa

1. Relance sobre a organização administrativa dos primitivos povos peninsulares

2. Administração Pública romana

3. Administração Pública visigótica

4. Reflexos muçulmanos na Administração peninsular

5. Administração Pública e Reconquista Cristã.

## Bibliografia

Marcos, R. F. (2006a). Concatenações da Administração Pública no Plano Histórico, Estudo e Ensino da Administração Pública em Portugal (pp. 131-142). Lisboa: Escolar Editora

Marcos, R. F. (2006b). História da Administração Pública. Relatório sobre o Programa, o Conteúdo e os Métodos de Ensino. Coimbra: Almedina

Marcos, R. F. (2012). As Concepções da Administração Pública e os Quadros Históricos do seu Ensino na Escola de Coimbra. Boletim da Faculdade de Direito, 88, 317-342.

Marcos, Rui de Figueiredo (2015). História da Administração Pública. Coimbra: Almedina (no prelo).

# História da Administração Pública II - 2019/2020

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

I – A História da Administração Pública Portuguesa: Introdução – O problema da periodização da História da Administração Pública em Portugal

II – Período de formação e de consolidação da Administração do Reino

III – Período de expansão e de aperfeiçoamento da Administração Pública na época das Ordenações

IV – Período da Administração de Polícia

V – Período da Administração liberal

VI – Período da Administração social

VII – Período da Administração reguladora.

## Bibliografia

Marcos, R. F. (2006). A Gestão por Objectivos e o Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública, In 3 Ars Iudicandi. Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves (pp. 279-292). Coimbra: Coimbra Editora.

Marcos, R. F. (2007). A Administração Fiscal Portuguesa Anterior ao Século XV. Alguns Aspectos Fundamentais. Dereito. Revista Xurídica da Universidade de Santiago de Compostela, 16-2, 27-36.

Marcos, R. F. (2012). A Felicidade não Rogada e a Administração Pública de Polícia em Portugal. In 4 Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho (pp. 335-363). Coimbra: Coimbra Editora.

Marcos, R. F. (2013). Contornos da Administração Pública Filipina em Portugal, Estudos em Homenagem a António Barbosa de Melo (pp. 817-838). Coimbra: Almedina.

Marcos, Rui de Figueiredo (2015). História da Administração Pública. Coimbra: Almedina (no prelo).

# Marketing Estratégico - 2021/2022

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

PARTE I – O marketing e a criação de valor

1 - Conceitos fundamentais de Marketing

2- Evolução do papel do marketing

PARTE II – Estudo do mercado

3 - A análise do mercado e dos seus intervenientes

4 - Os estudos de mercado

5 - Teorias e modelos explicativos do comportamento do consumidor

PARTE III – Segmentação e Posicionamento

6 – A segmentação de mercado

7- A escolha do mercado-alvo

8 – O posicionamento de mercado

PARTE IV – Políticas de Marketing

8 - Produto

9 – Preço

10 – Distribuição

11 – Comunicação.

## Bibliografia

Essencial:

·Lévy, J., Lendrevie, J., Rodrigues, J.V. e Dionísio, P., Mercator Para a Língua Portuguesa: Teoria e Prática do Marketing, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2015.

•Lindon, D., Lendrevie, J., Dionísio, P. e Rodrigues, J.V., Mercator XXI: Teoria e Prática do Marketing, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2004.

•Kotler, P. e Armstrong, G., Princípios de Marketing, Pearson Prentice-Hall, 2008.

•Kotler, P. e Keller, KL Marketing Management, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 2006.

•Brito, Carlos Melo, Lencastre, Paulo de (coordenadores), Novos Horizontes do Marketing, Lisboa, Editorial Verbo, 2014.

Complementar:

•Cunha, Miguel Pina, Duarte, Margarida, O'Shaughnessy, Nicholas, Marcelino, Ana Regina, Marketing. Conceitos e casos portugueses, Lisboa, Escolar Editora, 2005.

•Lambin, Jean-Jacques, Marketing Estratégico, Portugal, McGraw-Hill, 2007.

•Pires, A, Marketing: Conceitos, Técnicas e Problemas de Gestão, Lisboa, Editorial Verbo, 4ª edição revista e actualizada, 2008.

# Métodos Quantitativos I - 2020/2021

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

- Conceitos algébricos elementares.

- Estudo de funções com aplicação à resolução de problemas matemáticos.

- Derivação. Aplicações das derivadas na resolução de problemas de otimização.

- Cálculo integral. Aplicações do cálculo integral em problemas de economia e ciências sociais.

## Bibliografia

Harshbarger e Reynolds. *Matemática Aplicada - Administração, Economia e Ciências Sociais e Biológicas*. McGraw Hill, *(7ª edição)*

# Métodos Quantitativos II - 2020/2021

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

Introdução

I. Análise exploratória de dados: distribuição de uma variável

II. A recolha dos dados

III. Introdução à probabilidade

IV. Distribuições de probabilidade: os modelos normal e binomial

V. Inferência estatística para proporções e médias

VI. Associação e regressão linear

## Bibliografia

Bibliografia de base

Moore, D.S., McCabe, G.P., *Introduction to the Practice of Statistics*, Freeman and Company, 2006.

Tenreiro, C., *Apontamentos de Métodos Quantitativos II*, Coimbra, 2016. (Disponível no material de apoio.)

Bibliografia complementar

Elizabeth, R., Melo, P., Andrade, R., Calapez, T., *Estatística Aplicada*, Edições Sílabo, 1999.

Anderson, D.R., Sweeney, D.J., Williams, T.A., *Estatística Aplicada à Administração e Economia*, Pioneira, Thompson Learning, 2000.

Graça Martins, M.E., Cerveira, A.G., *Introdução às Probabilidades e à Estatística*, Universidade Aberta, 1999.

# Modelos de Governação - 2020/2021

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

1. Governação, *governance* e governo

1.1. Delineação de conceitos essenciais

1.2. Governação e *New Public Management*

1.3. Governação e *Public Values*

1.4. Governação e Estado regulador

2. Modelos de governação

2.1. Governação burocrática

2.2. *Corporate governance*

2.3. Managerialismo

2.4. *Network govenance*

3. A Governação no ensino superior

3.1. As instituições de ensino superior no contexto da organização da Administração portuguesa

3.1.1. Entre a Administração estadual indireta e a Administração autónoma

3.1.2. Rede de ensino superior público

3.2. Tipos de modelos: governo pelo corpo docente, governo corporativo, *trustee governance*, governação pelas PI, anarquia organizada

3.3. Modelos de governação das IES em Portugal

3.4. Bolonha e a Europa 2020: desafios à governação.

## Bibliografia

Kjaer, A. (2004). Governance. Polity Key Concepts in the Social Sciences Series. Cambridge: Polity Press.

Magalhães, A.; Veiga, A.; Ribeiro, F.; Amaral, A. (2013). Governance and Institutional Autonomy: Governing and Governance in Portuguese Higher Education. Higher Education Policy. 26; 243-262.

Mano, M. (2007). Proposal for a Governance Decision-making Model in a Portuguese Public University (PPU). Tese de doutoramento em Gestão. University of Southampton.

Mano, M. e Marques, M. (2012). Novos modelos de governo na universidade pública em Portugal e competitividade. RAP; Rio de Janeiro 46 (3):721-36.

Pedrosa, J.; Santos, H.; Mano, M.; Gaspar, T. (2012). Novo modelo de governança e gestão das instituições de Ensino Superior em Portugal – análise dos usos do modelo em Instituições

Públicas. Conselho Nacional de Educação.

Rhodes, R. (1996) The New Governance: Governing Without Government. Political Studies. XLIV, 652—667.

# Noções de Direito Privado e de Direito Publico I - 2019/2020

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

1. Aproximação a uma ideia geral de direito; ordem social – as ordens "normativas"

2. A ordem jurídica

   a) Distinções iniciais: Nação, Estado e Direito

   b) Estruturas subjectivas: os direitos subjectivos

   c) Estruturas objectivas

      – a norma jurídica

      – a tutela jurídica (pública e privada)

   d) Fontes do direito; ramos do direito e principais codificações

3. Fins do direito; fundamento do direito

4. Metodologia do direito

   a) Orientações metodológicas

   b) Técnica jurídica: interpretação e integração

   c) Aplicação da lei no tempo e no espaço

## Bibliografia

ANTÓNIO DOS SANTOS JUSTO, *Introdução ao Estudo do Direito*, 7.ª ed. (Coimbra, 2015)

# Noções de Direito Privado e de Direito Publico II - 2019/2020

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

A. O Código Civil e a sua sistematização

B. A Parte geral. A relação jurídica e os seus elementos

C. Direito das obrigações

1. A relação obrigacional: conceito, estrutura e elementos
2. Fontes das obrigações
3. Modalidades das obrigações
4. Transmissão de crédito e dívidas
5. Garantia geral e garantias especiais das obrigações
6. Cumprimento e não cumprimento das obrigações
7. Causas de extinção das obrigações além do cumprimento

D. Direito das coisas

1. Direito real: noção e elementos
2. Objecto do direito real: as coisas.
3. A posse
4. Direito de propriedade
5. Direitos reais limitados de gozo (noções gerais)

E. Direito da família

1. Introdução
2. Direito matrimonial
3. Direito da filiação

F. Direito das sucessões

1. Introdução: noções gerais; herança e legado
2. Parte geral: as etapas do fenómeno sucessório
3. Parte especial: sucessão legítima, legitimária e testamentária

## Bibliografia

Almeida Costa, Mário Júlio, *Noções fundamentais de direito civil*, 6ª ed., Coimbra, 2013

# Políticas Públicas - 2019/2020

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

Capítulo 1 - O Estudo das Políticas Públicas

Capítulo 2 - As categorias de Políticas Públicas

Capítulo 3 - Os decisores políticos: enquadramento

Capítulo 4 - Formação das Políticas: Problemas, Agendas e Formulação

Capítulo 5 - Orçamento e Políticas Públicas

Capítulo 6 - Implementação de Políticas

Capítulo 7 - Políticas Públicas: impacto e avaliação

Capítulo 8 - Fundamentos económicos da intervenção do Estado na economia

Capítulo 9 - A teoria da escolha pública

Capítulo 10 - As falhas do Estado

## Bibliografia

Anderson, James E. 1997. Public Policy-Making, 3rd ed. Boston, MA: Houghton Mifflin.

Kingdon, John W. 1984. Agendas, Alternatives, and Public Policies. Boston, MA: Little, Brown.

Parsons, Wayne. 1995. Public Policy. Northhampton, MA: Edward Elgar

Harguindéguy, 2013, Jean-Baptiste, Análisis de Políticas Públicas, 1 ed., Madrid: Tecnos

# Teoria da Organização - 2020/2021

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

I. Introdução ao estudo da teoria das organizações

1.1. Importância da teoria da organização

1.2.Conceitos fundamentais

1.3. Tipologia das teorias da organização

1.4. Grupos teóricos

1.5. Estruturas analíticas e metáforas organizacionais

II – Perspetivas Teóricas das Organizações

2.1. As abordagens clássicas das organizações (Taylor, Fayol e Weber)

2.2. Elton Mayo e a escola das relações humanas

2.3. Teoria geral dos sistemas e abordagem sociotécnica

2.4. Abordagens contingenciais

2.5. Abordagem política das organizações

2.6. Teorias ecológicas e sociocognitivas

2.7. Abordagem macro-social e crítica das organizações

III Estruturas Organizacionais

3.1. Tipologia das estruturas e configurações organizacionais

3.1.1.As cinco componentes básicas da organização de Mitnzberg

3.1.2. Estruturas híbridas

3.1.3. Estruturas em rede

IV – Contexto e Mudança Organizacional

4.1. Tipos de mudança

4.2.O ciclo de vida da empresa

4.3. Análise SWOT

## Bibliografia

Bilhim, J.A. (2008). *Teoria Organizacional – Estruturas e Pessoas*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Castro, J.A.T., Cunha, A.C. e Leal, M.J. (2008). *Organizações em Tempo Real*. Lisboa: edições Sílabo.

Chiavenato, I. (1993). *Teoria Geral da Administração.* Rio de Janeiro: Makron Books do Brasil Editora Ltda.

Ferreira, J.M., Neves, J., Caetano, A. (2001). *Manual de Psicossociologia das Organizações*. Lisboa: McGraw Hill.

Firmino, M.B. (2009). *Gestão das Organizações – Conceitos e Tendências Actuais*. Lisboa: Escolar Editora.

Lisboa, J., Coelho, A., Coelho, F. e Almeida, F. (Coord.) (2004). *Introdução à Gestão de Organizações*. Barcelos: Vida Económica.

# Teoria Geral do Direito Civil I - 2021/2022

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

INTRODUÇÃO 1. Âmbito da TG do Direito Civil 2. Conteúdo da TG do Direito Civil 3. Importância e razão de ser de uma "Teoria Geral". Objecções e críticas. Apreciação 4. Divisão da TG do Direito Civil. A TG do Ordenamento Jurídico Civil e a TG da Relação Jurídica Civil. "Sentido e limites" de uma TG RJ 5. O Direito Civil como parte do Direito Privado 6. Direito Público e Direito Privado. Critério de distinção, apreciação crítica e importância prática desta distinção A chamada "superação desta dicotomia" e a perspectiva correcta do problema 7. Ramos do Direito Público 8. Ramos do Direito Privado 9. Sentido e importância do Direito Civil

Parte I Teoria Geral do Ordenamento Jurídico Civil

Cap. I - Fontes do Direito Civil 1. Formas de surgimento das normas jurídicas civis 2. Diplomas fundamentais do Direito Civil 3. A Constituição e o Direito Civil; o problema da chamada "Drittwirkung" 4. Sistematização do Código Civil 5. Breve referência às principais características do Código Civil de 1966 e à evolução histórica. A revisão operada pelo Decreto-Lei nº 496/77, de 25/11.

Cap. II - Princípios fundamentais do Direito Civil

§ 1º O reconhecimento da pessoa e dos direitos de personalidade. 1. Ideia geral e remissão

§ 2º O princípio da autonomia privada 1. Sentido e importância. Mecanismos de actuação 2. Autonomia privada e liberdade contratual 3. Análise do princípio da liberdade contratual nas suas várias dimensões 4. Importância e sentido da liberdade contratual. Os contratos típicos, atípicos e mistos 5. Os limites e excepções à liberdade contratual 6. Os "contratos de adesão". Noção, importância e especificidades. Breve análise dos problemas e soluções consagradas pelo Decreto-Lei nº 446/85, de 25/10, com as modificações operadas pelos DL 220/95, de 31/08, e 249/99, de 7/7, por força da Directiva 93/13/CEE, de 5 de Abril, sobre as cláusulas abusivas nos contratos com os consumidores Bibliografia aconselhada: António Pinto Monteiro, "O Novo Regime Jurídico dos Contratos de Adesão/Cláusulas Contratuais Gerais", "Revista da Ordem dos Advogados", Ano 62, I, Lisboa 2002

§ 3º O princípio da boa fé 1. Significado e importância 2. Sentidos 3. Na formação do contrato, na integração, no exercício do direito e no cumprimento da obrigação 4. Princípio da boa fé e responsabilidade civil. O conteúdo do contrato 5. O princípio da confiança

§ 4º A responsabilidade civil 1. Noção, importância e pressupostos 2. Modalidades 3. Obrigação de indemnização 4. Confronto da responsabilidade civil com a responsabilidade penal 5. O

seguro da responsabilidade civil e os fundos de garantia

§ 5º. A concessão de personalidade jurídica às pessoas colectivas 1. Razão de ser e consequências jurídicas. Remissão

§ 6º. A propriedade privada 1. Importância e razão de ser 2. O direito de propriedade. Características e modalidades 3. Os direitos reais limitados

§ 7. A família 1. Importância e significado 2. Referência sumária ao direito da família português

§ 8. O fenómeno sucessório ou sucessão por morte 1. Importância e significado 2. Breve referência do direito sucessório português

Parte II Teoria Geral da Relação Jurídica Preliminares 1. Conceito de RJ 2. Estrutura da RJ 3. Direito subjectivo, poderes-deveres, faculdades jurídicas, direito potestativo 4. O dever jurídico a e a sujeição 5. RJ simples ou singular e RJ complexa 6. Elementos da RJ 7. Sequência I Teoria geral dos sujeitos da RJ

Cap. I - Noções preliminares 1. O sujeito de direito. Personalidade e capacidade jurídica 2. Capacidade jurídica e capacidade de exercício 3. O problema dos direitos sem sujeito 4. Modalidades de sujeito da RJ

Cap. II - Pessoas singulares (ou Pessoas Humanas) 1. Personalidade jurídica: noção 2. Começo e termo da personalidade jurídica 3. A condição jurídica dos nascituros

4. Direitos de personalidade 4.1. Noção, características e razão de ser 4.2. Enumeração e técnica legislativa de protecção: direito geral de personalidade e direitos especiais 4.3. Consequências da sua violação 4.4. Relevância do consentimento do lesado; tipos de consentimento 4.5. Os problemas do chamado "wrongful birth" e "wrongful life"

5. Capacidade negocial de gozo

6. Capacidade negocial de exercício

7. Indisponibilidades relativas e outras situações

8. Enumeração das incapacidades de exercício

9. Menoridade 9.1. Amplitude 9.2. Significado e consequências 9.3. Formas de suprimento: âmbito do poder paternal, da tutela e do instituto da administração de bens 9.4. Valor dos actos do menor 9.5. O problema do dolo do menor 9.6. Actos excepcionalmente válidos 9.7. Cessação da incapacidade

10. O regime dos maiores acompanhados 10.1. Causas ou fundamentos; caracterização 10.2. Meios de suprimento e legitimidade para a acção; representação 10.3. Valor dos actos do maior acompanhado 10.4. Cessação 11. A Convenção de Nova Iorque sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

12. Incapacidade acidental 12.1. Noção 12.2. Regime jurídico

13. Ilegitimidades conjugais e outras situações. Indisponibilidades relativas

14. Situação do insolvente

15. Domicílio 15.1. Noção e importância 15.2. Espécies ou modalidades 15.3. Qualificação jurídica

16. Ausência 16.1. Noção e justificação 16.2. Medidas legais

Cap. III - Pessoas Colectivas (ou Pessoas Jurídicas "stricto sensu")

1. Noção de pessoa colectiva. Função sócio-económica da personalidade colectiva

2. Elementos constitutivos

3. Classificações legais e doutrinais

4. Capacidade para o exercício de direitos

5. Capacidade de gozo de direitos; o princípio da especialidade do fim

6. Responsabilidade civil

## Bibliografia

Carlos Alberto da Mota Pinto, António Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Teoria Geral do Direito Civil, 5ª ed., GestLegal, 2020.

Bibliografia Complementar / Recommended Books

Rabindranath Capelo de Sousa, Teoria Geral do Direito Civil, vol. I

# Teoria Geral do Direito Civil II - 2021/2022

## Horas de Contacto

Teórico-Práticas: 80

## Programa

PLANO DE AULAS

12 de OUTUBRO

- Apresentação.
- Bibliografia.
- Métodos.

- INTRODUÇÃO
  - Código Civil de 1867 e o Código Civil de 1967
  - O Código Civil. História. Estrutura. Influências de Direito Comparado.
  - Direito Público e Direito Privado

- FONTES DO DIREITO CIVIL PORTUGUÊS
  - A Constituição e o Direito Civil
- O DIREITO DO CONSUMIDOR
  - Lei das cláusulas contratuais gerais.
  - Regime jurídico da venda e garantia dos bens de consumo.

19 DE OUTUBRO

- PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO CIVIL PORTUGUÊS
  - O reconhecimento da personalidade humana
  - Os direitos de personalidade
  - A autonomia privada

    - A boa fé

- A responsabilidade civil
- A concessão de personalidade jurídica às pessoas coletivas
- A propriedade privada
- A relevância jurídica da família
- O fenómeno sucessório

26 DE OUTUBRO

- TEORIA GERAL DA RELAÇÃO JURÍDICA. PRELIMINARES
    - Relação jurídica
    - Direitos subjetivos
    - Dever jurídico, sujeição, ónus jurídico
    - Relação jurídica simples e complexa
    - Elementos da Relação jurídica

- TEORIA GERAL DOS SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA
    - O sujeito de direito.
    - Personalidade jurídica
    - Capacidade jurídica
    - Noção, começo e termo da personalidade jurídica

2 DE NOVEMBRO

- Pessoas singulares
    - Direitos de personalidade
    - O direito geral de personalidade
    - Direitos especiais de personalidade
    - Tutela dos direitos de personalidade

9 DE NOVEMBRO

- Pessoas singulares
  - Capacidade negocial de gozo
  - Capacidade negocial de exercício
  - Incapacidade dos menores
    - Regime da menoridade

16 DE NOVEMBRO

- Pessoas singulares
  - Os maiores acompanhados

23 DE NOVEMBRO

- Pessoas singulares
  - Incapacidades (ilegitimidades) conjugais
  - Incapacidades acidentais
  - O insolvente
  - Domicílio
  - Ausência

30 DE NOVEMBRO

- PESSOAS COLETIVAS
  - Conceito. Elementos.
  - Classificações
  - Constituição: substrato e reconhecimento

7 DE DEZEMBRO

- PESSOAS COLETIVAS
  - Capacidade de gozo de direitos das pessoas coletivas
  - Capacidade de exercício de direitos das pessoas coletivas
  - Responsabilidade civil das pessoas coletivas

14 DE DEZEMBRO

- REVISÕES
- PREPARAÇÃO DO EXAME

## Bibliografia


- PINTO, Carlos Alberto da Mota, *Teoria Geral Do Direito Civil*, 4.ª Edição (por Monteiro, A. Pinto e Pinto, P. Mota), GESTLEGAL, 2020.
- Outras fontes que serão indicadas em Aula e nos sumários.